

INTRODUÇÃO

Eu vivi o tempo do grande crescimento, da Revolução Industrial e capitalista brasileira (1930-1980) e talvez por isso eu não me conforme com a quase-estagnação do Brasil desde os anos 1980. Eu me dei conta dessa estagnação em 1999 quando, depois de sair do governo Fernando Henrique Cardoso, escrevi um *paper* sobre os 20 anos de quase-estagnação da América Latina. Na verdade, meu foco era o Brasil, mas preferi falar do continente porque eu havia saído há pouco do governo de um amigo.

Três anos depois, comecei a desenvolver as ideias que hoje constituem o *Novo Desenvolvimentismo* – uma teoria econômica e uma economia política nova baseadas no Desenvolvimentismo Estruturalista Clássico de Raúl Prebisch e Celso Furtado, meus mestres. Ficou claro para mim que tanto essa teoria quanto a Teoria Econômica Pós-Keynesiana não faziam um diagnóstico da quase-estagnação nem ofereciam as políticas

necessárias para levar o Brasil a superar as suas causas, as razões do não-*catching up*, nem ofereciam políticas novas para o país voltar a crescer. Essas causas estavam associadas à diminuição da taxa de acumulação de capital e as suas respectivas razões: a queda da poupança pública desde os anos 1980 e, desde 1990, altos juros e a apreciação de longo prazo da taxa de câmbio aplicada à indústria, que tornava as empresas desse setor não competitivas no plano internacional, e a queda do investimento público. O resultado foi o que eu chamo de “quase-estagnação”, uma violenta desindustrialização, enquanto o país passava a crescer menos do que os países ricos e menos ainda do que a média dos demais países em desenvolvimento.

O Novo Desenvolvimentismo foi a teoria que me permitiu explicar essa quase-estagnação e apresentar as políticas que *não* estão sendo tomadas para superá-la. E agora me permitiu também escrever este pequeno livro em que delineio um projeto nacional de desenvolvimento. Não é um trabalho exaustivo sobre todas as políticas a serem adotadas, mas apenas uma conceituação do que entendo por projeto nacional, isto no Capítulo II, e as principais políticas econômicas a serem adotadas (Capítulo III). O Capítulo I é uma análise da quase-estagnação.

Neste livro como em praticamente toda a minha obra, eu adoto o método histórico-dedutivo

ou histórico-estrutural, que se opõe ao método hipotético-dedutivo ou *a priori*. Esta oposição já existia na Grécia entre o pensamento idealista, *a priori*, de Platão, e o pensamento realista, baseado em ideias que nascem da generalização do que é observado, de Aristóteles. No caso da teoria econômica e de todas as demais ciências sociais, não faz sentido pensar em termos de categorias abstratas, deduzidas a partir de axiomas, como é o caso, na economia, da Teoria Econômica Neoclássica e, na política, da Teoria da Escolha Racional. Em vez disso, é fundamental partir dos conceitos gerais já estabelecidos e da observação da realidade para, com base nas tendências e regularidades identificadas, deduzir a teoria. Esta deve estar sempre vinculada à realidade. Caso a realidade contradiga a teoria, é necessário revisá-la, em vez de insistir em sua validade apenas por ser “racional” ou alegar que a realidade está errada por não se comportar conforme o esperado racionalmente.

Usei este método para construir o Novo Desenvolvimento; trata-se de um conjunto de teorias ou de modelos abstratos, mas que nunca se desligam da realidade; nascem dela e a ela permanecem fiéis. Reconhece-se, naturalmente, a existência de fatores intervenientes que subvertem a teoria, mas se eles não forem absurdos, é preciso supor que eles talvez sejam a forma como se comportam os indivíduos em sociedade. E usá-los na construção e na revisão

da teoria. Tome-se, por exemplo, o desenvolvimento da teoria da inflação inercial. Não parecia racional que os agentes econômicos ignorassem as políticas usuais de combate à inflação – a elevação da taxa de juros e o corte da despesa pública – mas se considerarmos a indexação informal da economia, esse comportamento passaria a ser considerado racional e base para uma teoria econômica.

O Novo Desenvolvimentismo é um sistema teórico formado por uma economia política e uma teoria econômica. As ideias centrais da economia política são que: a Revolução Capitalista – a formação do Estado-nação e a Revolução Industrial – dão início em cada nação ao desenvolvimento econômico; nos países da periferia do capitalismo essa formação do Estado-nação precisa ser uma revolução nacional, anti-imperialista, porque o Império está empenhado em impedir sua industrialização; uma vez iniciado o processo histórico do desenvolvimento, a coordenação do sistema econômico será principalmente desenvolvimentista, envolvendo uma moderada intervenção do Estado na economia, ou liberal, supondo que se o Estado garantir a propriedade e os contratos, e mantiver equilibradas as finanças públicas, o resto será otimamente feito pelo mercado.

Em relação à teoria econômica do Novo Desenvolvimentismo, esta é essencialmente uma macroeconomia do desenvolvimento. Não é uma teoria

econômica que parte do pressuposto que a economia é fechada e estática, e depois abandona essas suposições simplificadoras, abre-se para os mercados externos, e passa a incluir o desenvolvimento econômico, mas é, desde o começo, uma macroeconomia aberta e dinâmica. Ela argumenta que existem cinco preços macroeconômicos – a taxa de lucros, a taxa de juros, a taxa de salários, a taxa de inflação e a taxa de câmbio – entre os quais o último é o preço mais estratégico e menos compreendido. É o mais estratégico porque além de ter como papel equilibrar a conta corrente do país, a taxa de câmbio pode permanecer apreciada no longo prazo porque os países em desenvolvimento com frequência adotam uma política de crescimento com endividamento externo, ou seja, com “poupança externa”, para tentar crescer. Entretanto, esta é uma política equivocada, porque ela ao invés de estimular o investimento, incentiva o consumo.

Em relação à taxa de câmbio, o Novo Desenvolvimentismo, primeiro, é crítico dos déficits na conta corrente e da política de tentar crescer com o dinheiro alheio, que parece óbvia, mas é falsa. Segundo, ele afirma que os países exportadores de *commodities* sofrem da doença holandesa e, por essa razão, possuem duas taxas de câmbio de equilíbrio: a taxa de equilíbrio corrente, que mantém a conta corrente do país equilibrada, e a taxa de equilíbrio industrial, necessária para que as empresas que utilizam a melhor tecnologia sejam

competitivas. Nesses termos, é essencial, portanto, que o país além de ter uma política fiscal e uma política monetária, tenha uma política cambial que dê conta desses dois problemas.

Os obstáculos que um país enfrenta para a formulação e a implementação de um projeto nacional são muito grandes. Originam-se do populismo local – os rentistas, os financistas e a população como um todo não querem que a taxa de câmbio se torne competitiva porque isto significará menor poder aquisitivo para os dividendos, os juros e os aluguéis dos rentistas e para os salários dos trabalhadores. Originam-se também dos países ricos, que não querem que os países do Sul Global se industrializem – se sofisticem produtivamente; ao invés, eles querem que a conta corrente do país se mantenha deficitária para poderem exportar capitais que apreciam a taxa de câmbio do país e dificultam a industrialização; e querem manter a troca comercial desigual, ou seja, exportar bens e serviços com alto valor adicionado per capita e importar *commodities* com baixo valor adicionado per capita. No longo prazo, o Império não quer que os países periféricos se tornem competidores – uma preocupação antiga que foi provada dramaticamente pela ascensão da China a partir dos anos 1990.

Quando nos anos 1950 foram afinal iniciados os estudos sobre o desenvolvimento e o

subdesenvolvimento, havia a expectativa que no longo prazo os países em desenvolvimento fariam o *catching up* – o alcançamento gradual dos níveis de vida dos países ricos. Não foi, porém, o que objetivamente ocorreu para a maioria dos países “em desenvolvimento”. Não houve o *catching up* a não ser entre 1950 e 1980. Esse fato foi uma das causas para o Norte Global adotar o neoliberalismo como ideologia e como proposta radicalmente liberal da organização da economia. Internamente, o neoliberalismo visava diminuir direta e indiretamente os salários e aumentar o grau de monopólio de suas economias para suspender a queda tendencial da taxa de lucro que então ocorria. Já internacionalmente, buscava impedir que os países da periferia do capitalismo continuassem a concorrer com os países ricos na exportação de bens tecnologicamente sofisticados. Os países do Leste, Sudoeste e Sul da Ásia resistiram às pressões de toda sorte que sofreram e continuaram a crescer, enquanto os países latino-americanos, inclusive o Brasil, submeteram-se ao Norte Global e quase-estagnaram.

Eu continuo, porém, com a esperança que o Brasil afinal supere a quase-estagnação e volte a competir no mercado internacional. Acho que a teoria novo-desenvolvimentista tem muito a oferecer nessa matéria, e por isso escrevi este livro. É mais um grão de trigo no grande moinho do desenvolvimento econômico, mas talvez seja um grão estratégico.

Para desenvolver as ideias contidas neste livro eu contei com a colaboração de muitos amigos e colegas. Citarei aqui apenas alguns deles, aqueles que com os quais eu tenha convivido nos últimos anos e discutido as questões do Novo Desenvolvimentismo. Esse é o caso de André Nassif, Amanda Dorth, Arthur Barriónuevo, Cândido Bracher, Carmem Feijó, Cristina Helena Pinto Mello, Eliane Araujo, Francisco Eduardo Pires de Souza, José Luis Oreiro, José Marcio Rego, Nelson Marconi, Rodrigo Bresser-Pereira e Tiago Porto. Agradeço especialmente a este último que leu os originais e me fez sugestões valiosas. Agradeço à Cecilia Heise pela cuidadosa revisão e, naturalmente, a Vera, minha companheira de sempre.